



COMO OS PAIS RELATAM OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO ESCOLAR DE SEUS FILHOS COM DEFICIÊNCIA?

¿CÓMO CUENTAN LOS PADRES LOS PROCESOS DE APRENDIZAJE E INCLUSIÓN ESCOLAR DE SUS HIJOS CON DISCAPACIDAD?

ARAÚJO, Janaína Fiorenzano ¹

Resumo: O presente estudo aborda parte da trajetória escolar e de aprendizagem de alunos com deficiência no âmbito do Ensino Fundamental a partir do olhar dos pais e mães desses sujeitos. Foram escutados relatos, inicialmente, de cinco genitores, sendo identificados como Fábria, Cláudio e Ana, Luiz e Maria para compreender como eles entendem e narram a aprendizagem de seus filhos com deficiências intelectual e autistas. São abordados os conceitos de inclusão e aprendizagem, sendo os principais autores Vygotsky (1991), Pozzo (1997) e Würfel (1991). Os dados mostram que apesar das dificuldades que esses sujeitos enfrentam nas escolas regulares para obter um grau de aprendizado, necessário para as suas vidas diárias, eles demonstram interesse em seguir adiante mesmo com as deficiências que cada um apresenta.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Inclusão. Aprendizagem.

Resumen: Este estudio aborda parte de la trayectoria escolar y de aprendizaje de estudiantes con discapacidad en educación primaria desde la perspectiva de sus padres. Inicialmente, se escucharon los testimonios de cinco padres, identificados como Fábria, Cláudio y Ana, Luiz y Maria, para comprender cómo comprenden y narran el aprendizaje de sus hijos con discapacidad intelectual y autismo. Se discuten los conceptos de inclusión y aprendizaje, con Vygotsky (1991), Pozzo (1997) y Würfel (1991) como autores principales. Los datos muestran que, a pesar de las dificultades que enfrentan estas personas en las escuelas regulares para alcanzar el nivel de aprendizaje necesario para su vida diaria, demuestran interés en progresar a pesar de las discapacidades que presentan.

Palabras clave: Persona con discapacidad. Inclusión. Aprendizaje.

¹ Estudante de Pós-doc pela Universidad Evangélica del Paraguay. E-mail: jninay@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa investigou a trajetória escolar e os processos de aprendizagem de alunos com deficiência a partir dos relatos dos pais desses sujeitos - especialmente porque são os genitores que, junto com a escola, os professores e a rede familiar de suporte, acabam por atuar mais diretamente na promoção de um ambiente de aceitação, de estímulo, de autonomia, de suporte socioemocional e de efetivação da inclusão social e econômica dos sujeitos.

A partir disso, Carvalho (2000, p. 2) explica que o sucesso escolar das Pessoas com Deficiência está sujeito ao "apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos."

Além disso, Maturana e Cia (2015, 350) "Para tal, é necessário compreender o papel e o envolvimento da família no desenvolvimento humano e assim sua influência nas relações sociais e redes de apoio da criança com deficiência, como a escola."

Levando isso em conta, constata-se que família e escola formam um elo para que esses jovens sejam estimulados a ter uma aprendizagem baseada na inclusão. Esses dois grupos formam a base para que o desenvolvimento escolar desses sujeitos seja efetivo.

Rocha, Macedo e Souza (2021-2022, p.2), ao escrever somente este tema, explicitam que:

A deficiência pode ser sentida pelos familiares como uma quebra de expectativa em relação aos filhos, com sentimentos de desilusão e rejeição, mas, dependendo das experiências sociais e relacionais vividas pela criança e familiares, novas possibilidades podem ser construídas em suas vidas e a família é fundamental para afastar o pessimismo e preconceito que cerca seu filho, tão presente nas sociedades competitivas.

Assim, acredita-se que, muitas vezes, a deficiência de um filho gere, no início do processo dessa relação mãe-filho, pai-filho, um incômodo, adquirindo sentimentos negativos, como a própria desilusão e a rejeição em relação à criança com algum tipo de deficiência.

No entanto, tudo isso pode tornar-se diverso se as experiências que a família tiver com as questões sobre as várias deficiências, produzirem saberes e conhecimentos e se transformarem em vivências de aprendizagem.

E essas passem a tornar-se um ponto de ancoragem para, a partir disso, ser um auxílio para que todo o medo seja afastado, para que todo o incômodo seja superado, para que toda a desilusão e rejeição seja transformada em sentimentos positivos naquela família.

Deste modo, passariam a perceber que essas limitações, tornar-se-iam um estímulo para auxiliar outros genitores que tenham filhos com tais características a se sentirem desafiados a conhecer, aprender e estender às demais famílias que se sintam nessas condições, saberes e conhecimentos, sendo assim, solidários e colaborativos.

A partir de tudo isso, resolvi conversar com quatro genitores, sendo eles Fábria, Cláudio, Luiz, Cláudio e Ana e também Maria, de alunos com deficiências distintas, identificados por Flor, Camélia, Cravo e Girassol, para compreender como ocorreu a aprendizagem desses jovens no ensino fundamental. A pesquisa aconteceu em uma escola pública de ensino médio, nomeada, Escola Estadual de Ensino Médio Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Cahoeirinha, Rio Grande do Sul.

A base teórica está alicerçada em documentos que explicam sobre a inclusão e aprendizagem, utilizando de autores, tais como Pozzo (1997), Constituição Brasileira de (1988), além das legislações pertinentes para fazer a análise, entre outras obras, teses e artigos.

Nesse contexto, urge descobrir uma forma de encaixar a educação inclusiva como um ensino que tenha qualidade para que as Pessoas com Deficiências tenham um atendimento adequado às suas necessidades.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Ao fazer um levantamento sobre legislações e artigos, encontrou-se vários estudos sobre o tema deficiência e pessoa com deficiência. Entre elas, as seguintes legislações: Constituição Federal (1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Lei Brasileira de Inclusão (2015).

Com o passar do tempo, inúmeras leis surgiram para que esse indivíduo fizesse parte dos meios sociais, como escola e universidade e, deste modo, propiciou-se uma participação social mais ativa desses sujeitos. Na Constituição Federal de 1988, por exemplo, o direito à educação da pessoa com deficiência é assegurado no artigo 27:

A educação constitui direito da Pessoa com Deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 1988, Art. 27º, caput).

Como pôde ser verificado, segundo a Constituição Brasileira, a Pessoa com Deficiência deve ter o seu direito à educação garantido nos níveis fundamental, médio e superior, visando uma educação inclusiva em todas as áreas disciplinares para que esses sujeitos também possam melhorar a sua qualidade de vida e, deste modo, fazê-los participantes do meio social em que vivem e, assim, colocar em prática as principais habilidades de cada um deles.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como o ECA abordam a importância dos atendimentos especializados: atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1996, artigo 4).

Neste trecho, verifica-se que todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior), devem oferecer às pessoas com alguma deficiência um atendimento especializado gratuito, independente do transtorno, pois a partir deste auxílio nas redes de ensino, o discente recebe estratégias que o auxilia a melhorar a sua aprendizagem, sendo um complemento dos estudos diários oferecidos em sala de aula.

Além disso, a entrada desses jovens nas universidades, traz novos avanços. Em 2015, há uma nova legislação denominada Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015, artigo 30) que viabiliza que estes estudantes devem ter direito aos processos seletivos de ingresso nas Universidades, públicas ou Privadas, deve haver um atendimento prioritário nos espaços dessas instituições e nos serviços.

Além disso, o discente deve ter acesso às fichas de inscrição para informar, quando for realizar os exames, quais são as suas principais necessidades em relação a recursos tecnológicos assistivos e de acessibilidade a fim de que consiga realizá-lo.

Outrossim, esses indivíduos devem ter o tempo estendido para realização de provas e atividades acadêmicas a partir de uma solicitação antecipada e conforme a deficiência.

A partir desses artifícios é possível que um aluno com alguma deficiência tenha a possibilidade, atualmente, de participar de um curso universitário, gerando um aprendizado mais eficaz e igualdade nas possibilidades variadas que a universidade oferece e sucesso acadêmico.

Sem esses mecanismos, antes desta legislação, o jovem estudante poderia frequentar uma graduação, mas provavelmente as condições seriam mais precárias, os professores, talvez, não saberiam como auxiliá-los nos momentos de tarefas, provas e outras situações que poderiam surgir.

Assim, percebe-se a importância de haver recursos didáticos e exclusivos para esse público, pois, desta forma, se sentirão acolhidos e adaptados ao meio social em que participam.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Sobre metodologia, Prodanov e Freitas (2013, p. 14), explicam que: “A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação.”

Deste modo, a metodologia para meio universitário é de suma importância, pois a partir dela, um autor, por meio dela, consegue averiguar sobre o assunto que ele deseja escrever, além de trazer detalhes sobre o assunto para a pesquisa e, a partir disso, analisar as principais estratégias para conseguir coletar e processar informações, a fim de resolver o problema proposto de uma investigação acadêmica.

Para apresentar o relato dos filhos, foram selecionados os pais dos quatro alunos com deficiência. Cada genitor, foi escutado individualmente, quando somente pai ou mãe, e, no caso de um casal, os dois participaram. As conversas foram realizadas em datas e dias diversos. As principais perguntas foram as seguintes: Com quantos anos, entrou na escola? Tinha facilidade para pintura, desenho, recorte? Com quantos anos escreveu a primeira palavra? Reconhece notas de dinheiro? Tinha facilidade com português e matemática? Precisava de auxílio para as atividades?

Foi realizado na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima. Os pais assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todas os relatos foram gravados com o consentimento dos entrevistados.

Os sujeitos são pais de alunos de escolas públicas. Nesta pesquisa eles foram denominados de Luiz, Flávia, Cláudia, Ana, Maria. São indivíduos de baixa renda, com escolaridade entre nível fundamental e médio incompleto. Todos residem na cidade de Cachoeirinha, no estado do Rio Grande do Sul. As deficiências dos jovens são: intelectual, autistas de nível dois e três. A pesquisa utilizada foi qualitativa, por meio de análise de conteúdo em relação aos relatos realizados.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS DADOS COLETADOS

A escola, historicamente, se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.

Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. (Brasil, 2008, p. 6).

Demonstrou-se que o sistema de ensino baseado somente no concreto - um sistema que elimina do ensino tudo aquilo que está associado ao pensamento abstrato - falha em ajudar as crianças retardadas a superarem as suas deficiências inatas, além de reforçar essas deficiências, acostumando as crianças exclusivamente ao pensamento concreto e suprimindo, assim, os rudimentos de qualquer pensamento abstrato que essas crianças ainda possam ter. (Vygotski, 1991, p. 60).

Precisamente porque as crianças retardadas, quando não incentivadas ao ensino e aprendizagem, talvez não atinjam as formas elaboradas de pensamento abstrato e é esse o esforço que a escola deveria desenvolver para aperfeiçoar nelas o que está intrinsecamente faltando no seu próprio desenvolvimento.

Nas práticas correntes das escolas especiais para crianças retardadas, podemos observar um distanciamento benéfico desse conceito de concreto, distanciamento esse que devolve ao método do "observar - e fazer" o seu verdadeiro papel. O concreto passa agora a ser visto somente como um ponto de apoio necessário e inevitável para o desenvolvimento do pensamento abstrato - como um meio, e não como um fim em si mesmo. (Vygotski, 1991, p. 60).

Assim, para essa análise, partiu-se das entrevistas com os pais dos alunos com deficiência. Após isso, buscou-se compreender como ocorre a aprendizagem desses sujeitos dentro de uma escola regular de ensino fundamental.

Neste momento da pesquisa, são apresentadas as narrativas referentes às recordações que nas quatro interlocuções aqui relatadas, é possível verificar alguns pontos comuns e distintos.

4.1 O Processo de Inclusão Escolar

Buscar-se-á conhecer por meio das trajetórias, no **Ensino Fundamental**, o processo de inclusão escolar, dos alunos com deficiência, diante do âmbito da **aprendizagem** por meio de relatos dos pais. Deste modo, para que isso fosse possível foram realizadas conversas informais com os genitores dos quatro alunos escolhidos e questionou-se a respeito da aprendizagem dos jovens com deficiência e entre outros questionamentos pertinentes para a pesquisa.

Segundo Bardy e Schlünzen et al (2007, n. p.):

O processo de ensino só resulta em aprendizagem quando propicia, além da generalização na aplicação dos conceitos estudados, a troca de experiências entre os envolvidos. Nesse contexto, o professor deve assumir o papel de estimulador, instigando os alunos a novas descobertas, e é o mediador que coordena as discussões das ideias que vão sendo construídas. Sendo assim, deve envolvê-los em atividades que nos permitam refazer o percurso e reorientar suas conclusões, pois aprenderão com a chance de pensar, discutir e refletir com os colegas e com o próprio professor acerca do que lhes foi apresentado.

Assim, a aprendizagem deve proporcionar uma troca de experiências com professores, alunos e os pais para que ela seja efetiva. Neste caso, o docente é a pessoa que auxiliará o aluno na competência do aprender, buscando maneira, principalmente com os discentes com deficiência, de que eles possam adquirir conhecimentos cada um ao seu tempo e com suas competências que tenham capacidade. Deste modo, envolvê-los em atividades mais dinâmicas e identificando o melhor processo para cada deficiência, auxiliar-os-á a ter uma educação básica consistente e que agregará no dia a dia de cada um deles.

A partir desta reflexão, seguem os relatos dos genitores. Para iniciar, cada pai ficou livre para relatar sobre o aprendizado do seu filho no ensino fundamental.

Relato 1 – Fábria – mãe da aluna Flor

A mãe relata o desafio da filha Flor em classe para obter aprendizado como o das demais colegas. No prezinho, ela já escreveu. E ela aprendeu rápido. Só que depois ela desaprendeu de novo. Daí, na realidade, quando ela aprendeu mesmo a escrever e a ler foi na igreja, fazendo curso.

Aqui, percebe-se que a jovem aprendeu a escrever fora do meio escolar e esse fato se torna interessante, pois verifica-se que a aprendizagem pode ocorrer fora do campo de uma instituição escolar.

Deste modo, para Pozzo em relação a este assunto:

Sugerem mesmo que essa compreensão súbita ocorrerá mais facilmente após um período de "incubação" em que o problema é deixado de lado para realizar outras atividades. Embora se possa encontrar algum caso em apoio desta ideia, possivelmente baseado numa menor influência da fijeza funcional, à qual nos referiremos mais adiante, não parece que a incubação é uma explicação é uma explicação suficiente do insight dos processos cognitivos que estão envolvidos no mesmo. (Pozzo, 1997, p. 10, tradução minha).

Percebe-se, como explicitou Pozzo (1997), que quando a jovem resolveu realizar outras atividades, realmente ela começou a aprender a escrever. Quando ela estava em um ambiente formal em que ela tinha que todos os dias cumprir com a sua obrigação de aprendizagem, ela não conseguia. No entanto, quando passou a fazer o que ela sentia prazer, ela escreveu.

O autor nos passa a seguinte mensagem de que, muitas vezes, uma pessoa com deficiência, necessita ser incentivada naquilo em que ela tem desejo, pois se ela for instruída no mesmo nível que os demais, provavelmente, será difícil de ela interagir e compreender o conteúdo. E quando isso acontece, fica mais fácil do sujeito aprender.

Relato 2 – Cláudio e Ana – pais da aluna Camélia

No início, ela não conseguia nem pegar o lápis na mão, como eu te dizia, né, com seis, sete anos, aí depois ela foi indo, foi fazendo um "circulozinho", depois foi indo, fazendo uma bolinha... e assim foi indo... e, depois, começou a fazer mesmo um desenho, tudo bem devagarinho, sabe? Depois foi evoluindo.

Percebe-se, nesta fala que, para quem não conseguia nem pegar um lápis na mão e, após algum tempo já consegue ter uma evolução já pode-se afirmar que tem seus méritos.

Conforme Pozzo (1997, p. 10, tradução minha), “admitindo que tudo que se aprende seja um efeito da organização precedente [...]”

Verifica-se, na fala do autor, que tudo parte de um efeito organizativo, pois a menina só conseguiu aprender a escrever, a pegar o lápis à medida que ela foi, sendo incentivada e se organizando, provavelmente por seus pais e professores para que isso acontecesse.

A evolução de uma pessoa poderá vir a acontecer se tudo estiver organizado e todo este aprendizado que sucedeu na vida da jovem, com certeza, teve uma organização precedente e um esforço para que ela conseguisse, primeiro lugar, conseguir segurar um lápis e, após isso, começar a escrever.

Com isso, percebe-se que no relato dos pais de Camélia, provavelmente foram relacionadas às questões de deficiência da aluna quando ela iniciou na escola e isso fez com que conseguisse atingir o objetivo que fosse iniciar seus primeiros passos de aprendizagem. O que a garota consegue fazer, então, em seus primeiros anos do ensino fundamental, como diz a mãe, são os desenhos, após segurar o lápis e, isso, para uma pessoa com deficiência já é um grande êxito.

No entanto, o nível que se desejava que a menina chegasse, era bem maior do que ela conseguiu, porém à medida que ela vai interagindo com os demais companheiros, com certeza, pode passar a se esforçar e atingir um maior grau em seu aprendizado.

Assim, chegamos ao terceiro relato que é do pai de Cravo que também teve suas dificuldades, conforme, explica o genitor.

Relato 3 – Luiz pai de Cravo

No Ensino Fundamental ele só riscava, pintava uns riscos, ele fazia uns riscos, uns palitinhos, umas coisinhas, e dizia: “aqui é o pai”, “aqui é a mãe”, coisas que ele imaginava na cabeça dele e outra coisa assim, ele tem feito muitas coisas para assim que ele inventa da cabeça dele.

Quando se lê esse relato, entende-se, por meio de Würfel (2015, p. 26), que “ao analisar apenas aspectos quantitativos da aprendizagem de crianças com deficiência, promoveu-se a ideia de que o ensino para estas deveria ser mais lento e com redução de conteúdo [...]”

Logo, quando Cravo estava somente, fazendo seus traços que as pessoas não entendiam, mostrava que esse era o início de sua aprendizagem para o ensino fundamental. Para a autora, alunos com algum tipo de deficiência por serem mais

lentos que os demais, devem ter seus conteúdos de forma mais facilitada do que os demais, nem que seu início seja pelo desenho.

No entanto, não se deve deixar com que o discente permaneça em seus traços designativos, mas deve-se incentivá-los a buscar o aprendizado das letras, pois, conforme os documentos internacionais que delimitam as políticas públicas em Educação Especial a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados da aprendizagem, ao contrário de reunir sua atenção exclusivamente no aumento de matrículas e à frequência dos alunos (Unesco, 1990).

Por isso, o jovem não deve somente permanecer com riscos no papel, formando algum objeto, mas ele deve chegar como os demais a conseguir alfabetizar-se ao menos ao final da educação básica. Este é um elemento importante para que possa, de algum modo, referir-se que a educação inclusiva funciona na escola.

Esse processo, normalmente, acontece com todos os alunos com deficiência, a mãe de Girassol, afirma que passou por uma questão semelhante:

Relato 11 – Maria -mãe da Girassol

É que no Ensino Fundamental ele teve avaliação bem diferenciada, ele tem muita facilidade de absorver e de planejar na cabeça, mas ele tem dificuldade de transmitir, passar pro caderno... ele interage, assim, no oral, mas tratou de passar ali para o caderno, ele tem dificuldade. Desde a creche, ele é assim, tudo começou desde a crechinha que ele tava, ele ensinou e aprendeu muita coisa, cores, números, ele aprende muita coisa na escolhinha e ele sempre foi assim como eu tô te falando”.

Percebe-se aqui que o jovem Girassol teve uma aprendizagem diferenciada dos demais, no entanto, também como conta o pai de Cravo, ele não consegue, ainda, no ensino fundamental transcrever o que ele aprende para o papel. Da forma como foi supracitado, verifica-se que a aprendizagem para as Pessoas com Deficiência, talvez, necessite ter um estímulo melhorado, pois o que se percebe até aqui é que a maioria dos quatro jovens não teve pouco avanço ou quase nenhum avanço desde que iniciou o seu ensino fundamental até terminá-lo.

Sabe-se que eles têm mais dificuldades que os discentes sem deficiência, mas o incentivo e a busca para que haja uma melhora na qualidade do ensino e uma escola e professores competentes, é necessário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, buscou-se fundamentar o tema que norteou esta pesquisa - trajetória das Pessoas com Deficiência- do ensino fundamental no âmbito da aprendizagem. Aqui buscou-se compreender como cada sujeito obteve seu aprendizado no ensino fundamental, quais as particularidades e quais foram as suas mudanças, após ingressarem na escola, conforme os relatos dos pais.

Deste modo, buscou-se construir um artigo que mostrasse como ocorre o processo de aprendizado das pessoas com deficiência no Ensino Fundamental, evidenciando que são capazes de avançar nos seus propósitos e/ou objetivos.

Trabalhou-se com os relatos contados pelos pais Fábia, Cláudio, Luiz e Cláudio e Ana e também Maria. Ficou evidenciado que eles têm fatos semelhantes que os conectam, tais como o processo de aprendizagem dos seus filhos, as principais dificuldades, além de que todos têm experiências de vida relacionadas à escola que se aproximam.

Foi possível identificá-los como indivíduos que estão na escola para mostrar que eles não são somente mais um número nas estatísticas de pessoas com deficiência, mas que eles podem superar e avançar nos seus estudos, concorrendo em relação a intelectualidade, se forem auxiliados, como os demais.

REFERÊNCIAS

BARDY, Lívia Raposo; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus; LIMA, Ivan Shirahama Loureiro de. **Questões e exemplos de implementação e uso de objetos de aprendizagem**: os objetos de aprendizagem para pessoas com deficiência (pd)*. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46228>. Acesso em 12 jun. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 28 nov. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 maio 2025.

ARAÚJO, J. F. Como os pais relatam os processos de aprendizagem e inclusão escolar de seus filhos com deficiência?. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, número especial 3, p. 83-94, nov. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). DF: Diário Oficial da União, 1990. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/572694>. Acesso em: 23 maio 2025.

CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 143-155, 2000.

MATURANA, A. P. P. M.; CIA, F. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, p.349-358, maio/ago., 2015.

POZZO, J. I. **Teorías cognitivas del aprendizaje**. Espanha: Edições Morata, 1997.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

ROCHA, E. F; MACEDO, F. M. M.; SOUZA, C. B. X. João e Maria vão à escola: narrativas dos pais e educadores sobre a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, v. 32, p.1-3, jan.-dez. 2021-2022.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.